

Panorama da violência sexual nas regiões do Brasil entre 2018 e 2024

Overview of sexual violence in the regions of Brazil between 2018 and 2024

Panorama de la violencia sexual en las regiones de Brasil entre 2018 y 2024

Laguna, Gabriela Garcia de Carvalho;¹ Paulo, Vanessa Souto;² Fonseca, Yago Soares;³ Maciel, Fernanda Beatriz Melo;⁴ Prado, Nilia Maria de Brito Lima⁵

RESUMO

Objetivo: correlacionar a tendência epidemiológica das ocorrências de violência sexual nas diferentes regiões do Brasil entre janeiro de 2018 e dezembro de 2024. **Método:** estudo ecológico com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde e análise estatística pelo software Jamovi. **Resultados:** o Brasil registrou 333.931 casos de violência sexual, um aumento de 86,15%. A maioria das vítimas era do sexo feminino (88,9%), tinha menos de 15 anos (69,89%) e ensino fundamental incompleto (22,13%). A maior taxa de notificações ocorreu na região norte e, a maioria dos crimes, em residências, envolvendo conhecidos. **Conclusão:** a incidência de violência sexual no Brasil destaca a necessidade de fortalecer políticas socioeconômicas, programas educacionais e serviços de apoio às vítimas, requerendo uma abordagem integrada e multidisciplinar para efetivamente prevenir e enfrentar essa forma de violência. **Descritores:** Violência contra a mulher; Delitos sexuais; Sistema de informação em saúde; Política de saúde

ABSTRACT

Objective: to correlate the epidemiological trend of sexual violence occurrences in different regions of Brazil between January 2018 and December 2024. **Method:** ecological study using data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the Department of Informatics of the Unified Health System and statistical analysis using the Jamovi software. **Results:** Brazil recorded 333,931 cases of sexual violence, an increase of 86.15%. The majority of the victims were female (88.9%), under 15 years old (69.89%), and had incomplete primary education (22.13%). The highest notification rate occurred in the Northern region, and most of the crimes took place in residences involving acquaintances. **Conclusion:** the incidence of sexual violence in Brazil highlights the need to strengthen socioeconomic policies, educational programs, and victim support services, requiring an integrated and multidisciplinary approach to effectively prevent and address this form of violence. **Descriptors:** Violence against women; Sex offenses; Health information systems; Health policies

1 Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vitória da Conquista, Bahia (BA). Brasil (BR). E-mail: gabrielagcl@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7396-647X>

2 Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Itabuna, Bahia (BA). Brasil (BR). E-mail: nessagrapi@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-6281-5171>

3 Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Itabuna, Bahia (BA). Brasil (BR). E-mail: yagosfos@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6012-7298>

4 Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Itabuna, Bahia (BA). Brasil (BR). E-mail: fernandamlmcl728@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6421-3940>

5 Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vitória da Conquista, Bahia (BA). Brasil (BR). E-mail: nilia.ufba@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8243-5662>

RESUMEN

Objetivo: correlacionar la tendencia epidemiológica de las ocurrencias de violencia sexual en las diferentes regiones de Brasil entre 2018 y 2024. **Método:** estudio ecológico con datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística y del Departamento de Informática del Sistema Único de Salud y análisis estadístico mediante el software Jamovi. **Resultados:** Brasil registró 333.931 casos de violencia sexual, un aumento del 86,15%. La mayoría de las víctimas era de sexo femenino (88,9%), tenía menos de 15 años (69,89%), educación primaria incompleta (22,13%), de la región Norte y la mayoría de los delitos ocurrieron en residencias, involucrando a personas conocidas. **Conclusión:** la incidencia de la violencia sexual en Brasil resalta la necesidad de fortalecer las políticas socioeconómicas, los programas educativos y los servicios de apoyo a las víctimas, requiriendo un enfoque integrado y multidisciplinario para prevenir y enfrentar efectivamente esta forma de violencia.

Descriptor: Violencia contra la mujer; Delitos sexuales; Sistemas de información en salud; Política de salud

INTRODUÇÃO

A violência, em todas as suas formas de perpetração, pode ser compreendida como uma ação assimétrica de poder, na qual ocorrem formas de dominação e opressão, cujo agressor coloca-se em posição superior e contrária à vontade da vítima, ocasionando-lhe danos à saúde física, psicológica, sexual e social. São inúmeras as facetas da violência histórica e socialmente implementada, dentre elas cita-se a violência sexual, a qual atinge todas as idades, classes sociais, sexos e gêneros.¹ Apesar disso, a violência sexual ainda se faz dificilmente reconhecida em todas as suas modalidades.

Cabe ressaltar, desse modo, que no Brasil, toda ação que atenta contra a liberdade e dignidade sexual é tipificada em lei como um crime contra a dignidade sexual. É previsto no Código Penal Brasileiro modalidades de violência sexual, a saber: 1) Fraude ou estelionato: praticar conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima; 2) Importunação sexual: praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso visando satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro; 3) Estupro e estupro de vulnerável: constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar, ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso; 4) Assédio sexual: constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua

condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função; 5) Ato obsceno: praticar ato obsceno em lugar público, aberto ou exposto ao público; 6) Importunação ofensiva ao pudor: praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso visando satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro.²

Estudos epidemiológicos apontam uma prevalência importante de crimes dessa natureza, sobretudo contra as mulheres no Brasil. Em 2023, a taxa média nacional de estupro e estupro de vulnerável foi de cerca de 41 casos por 100 mil habitantes, com aproximadamente 1 registro a cada 6 minutos, sendo a taxa entre mulheres de 68 por 100 mil - cerca de sete vezes maior que entre homens, com 10 por 100 mil, e ainda são descritas altas taxas de subnotificações, que impedem o reconhecimento do cenário com fidedignidade.³ Nesse ínterim, considera-se que, com base nas denúncias registradas, há menor ocorrência entre homens, maior entre crianças e adolescentes; oportunamente, reconhece-se que os agressores, em sua maioria, são homens, os quais possuem algum vínculo familiar com a vítima, e o ato é realizado em ambiente doméstico.⁴

O panorama acerca da violência sexual no Brasil evidencia os entraves históricos, sociais e políticos associados ao contexto. Faz-se necessário, nessa conjuntura, a realização de estudos que apresentem continuamente uma análise de modo a subsidiar reflexões e

proposições frente à elaboração de intervenções em saúde pública, corroborando, assim, a seguridade social, a eficácia das ações de prevenção e reconhecimento dos tipos de violência, favorecendo para que as ações governamentais não se tornem obsoletas. Sendo assim, esta pesquisa objetiva correlacionar a tendência epidemiológica das ocorrências de violência sexual nas diferentes regiões do Brasil entre 2018 e 2024.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de um estudo ecológico de abrangência nacional, que utilizou dados demográficos provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ e dados de saúde do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS).⁶ Ambas as fontes oferecem dados abertos e de acesso público, que garantem o anonimato dos indivíduos; logo, esta pesquisa, baseada em dados secundários, não demanda aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. A elaboração deste artigo foi guiada pelas recomendações do *Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology* (STROBE),⁷ e a coleta de dados foi realizada em julho de 2025.

A caracterização da população brasileira baseou-se nos dados do Censo mais recente (2024), uma vez que o Censo anterior, realizado em 2010, não abrange o período de interesse para esta análise. Os dados coletados incluíram notificações: violência sexual, ano das notificações, UF de residência das vítimas, faixa etária, sexo, escolaridade, local das ocorrências, violência de repetição e agressor conhecido/desconhecido. Foi considerado um período de cinco anos para a análise (2018-2024), definido por abranger um período recente, com dados atualizados e completos, incluindo os efeitos da pandemia de COVID-19 nas notificações de violência sexual.

Os dados quantitativos foram analisados utilizando estatísticas descritivas, apresentadas em números absolutos e porcentagens. A análise estatística foi conduzida com o *software* Jamovi,⁸ versão 1.6.23.0, utilizando uma versão modificada do Teste t, conhecida

como Teste t de Welch, para identificar diferenças significativas ($p < 0,05$) entre variáveis independentes. Para a análise de variância de medidas repetidas, a normalidade dos dados foi verificada pelo teste de Shapiro-Wilk. Em caso de distribuição normal ($p > 0,05$), uma ANOVA de medidas repetidas foi aplicada para detectar diferenças significativas ($p < 0,05$), seguida do teste *post hoc* de Tukey para localizar essas diferenças ($p < 0,01$). Quando a distribuição normal não foi observada, o teste de Friedman foi utilizado para determinar a significância das diferenças. A distribuição dos dados foi analisada por meio de gráficos, empregando diferentes tipos de representações gráficas para cada variável.

Caracterização geral e local de estudo

O território brasileiro abrange uma área geográfica de 8.510.417 km², dividida em cinco regiões: Sudeste (88.617.693 habitantes), Nordeste (57.112.096 habitantes), Sul (31.113.021 habitantes), Norte (18.669.345 habitantes) e Centro-Oeste (16.337.331 habitantes). A população do Brasil é de aproximadamente 212.583.750 pessoas, das quais 104.548.325 (51,5%) são mulheres e 98.532.431 (48,5%) são homens.

A pirâmide etária do Brasil mostra um predomínio de adultos e idosos, distribuída da seguinte forma: 12.704.860 (6,25%) têm menos de 5 anos; 13.749.440 (6,77%) estão na faixa de 5 a 9 anos; 13.674.961 (6,73%) entre 10 e 14 anos; 14.375.942 (7,08%) entre 15 e 19 anos; 30.936.186 (15,22%) entre 20 e 29 anos; 31.645.908 (15,58%) entre 30 e 39 anos; 29.713.282 (14,62%) entre 40 e 49 anos; 24.167.687 (11,89%) entre 50 e 59 anos; 17.820.621 (8,77%) entre 60 e 69 anos; 9.705.915 (4,77%) entre 70 e 79 anos; e 4.549.140 (2,24%) têm 80 anos ou mais.

Regionalmente, 84.840.113 (41,78%) pessoas vivem no Sudeste, 57.475.896 (28,30%) no Nordeste, 29.937.706 (14,74%) no Sul, 17.354.884 (8,55%) no Norte e 13.472.157 (6,63%) no Centro-Oeste. A densidade demográfica do país é de 23,86

habitantes por km², com São Paulo e Minas Gerais sendo os estados mais populosos.

RESULTADOS

Entre janeiro de 2018 e dezembro de 2024, o Brasil registrou um total de 333.931 casos notificados de violência sexual, conforme dados recentes. A análise desses dados revelou que houve um aumento expressivo de 86,15% no número de casos de violência sexual de 2018 (41.985 casos) para 2024 (91.494 casos), número que já se apresentava elevado em 2023 (92.241 casos), denotando uma estabilização em patamar elevado. Os dados também mostraram que as vítimas do sexo feminino representaram 88,6% dos casos de violência, mantendo-se como maioria absoluta ao longo de todo o período analisado.

Importante ressaltar que houve quedas nos índices de notificações para todas as regiões brasileiras entre 2019 e 2020 (-17,2% em média), com destaque para o Sul e Sudeste, refletindo os impactos do isolamento social durante a pandemia de COVID-19. Contudo, entre 2020 e 2021, o número de notificações teve um aumento médio de 15,3%, um possível efeito do relaxamento das restrições e do aumento da exposição das vítimas, sendo a residência o principal local de ocorrência nesse período, tendência que se manteve em alta nos anos subsequentes. Estes anos coincidiram com a pandemia de COVID-19, um período de restrições e isolamento social que exacerbou as vulnerabilidades das vítimas.

A análise estatística com o teste t de Welch revelou diferenças significativas entre as médias regionais ($p < 0,05$). Os resultados indicam que, ao longo dos anos analisados, houve uma variação significativa no número de casos de violência sexual entre as regiões estudadas. Em particular, destacam-se diferenças estatisticamente significativas nas comparações entre o Norte e o Sudeste, Nordeste e Sudeste, Nordeste e Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e Sul e Centro-Oeste.

Após calcular a ANOVA de medidas repetidas, encontramos um valor de F para o efeito do tempo (anos) de

aproximadamente 324,235, com um valor-p associado muito menor que 0,05 (valor-p $< 0,001$). Isso indica que há uma diferença estatisticamente significativa nos números de casos de violência sexual ao longo dos anos. Além disso, o teste revelou um efeito significativo da interação entre o tempo (anos) e as regiões, com um valor de F de aproximadamente 13,874 e um valor-p associado menor que 0,05 (valor-p $< 0,001$). Isso sugere que a variação nos números de casos de violência sexual ao longo dos anos difere entre as regiões.

A distribuição regional das notificações de violência sexual revelou diferenças significativas. Um total de 164.598 notificações (42,45%) foi registrado na região sudeste, sendo a cidade de São Paulo responsável pelo maior registro desses casos (51,6%), seguido por Minas Gerais (21,2%), Rio de Janeiro (20,19%) e Espírito Santo (7%). A região Sul correspondeu a 70.562 casos (18,21%), com destaque para o Paraná (45,2%) e o Rio Grande do Sul (35,5%). Na região Nordeste, ocorreram 69.315 casos (17,88%), com destaque para Pernambuco (26,3%), Bahia (16,6%) e Ceará (16,3%). Na região Norte, ocorreram 48.321 notificações (13,4%), com destaque para o Pará (41,1%) e Amazonas (26,8%). Por fim, na região Centro-Oeste, ocorreram 34.808 casos (9%), onde Goiás correspondeu a 37,7% destes.

Quando se considerou a taxa por 100 mil habitantes, embora o Sudeste concentrasse o maior número absoluto de casos, foi a região Norte que apresentou a maior taxa de notificações por 100 mil habitantes (261,4), seguida do Sul (229,3) e Centro-Oeste (216,2). Embora a região Nordeste tenha registrado um volume expressivo de notificações (70.131), ela permaneceu com a menor taxa proporcional entre todas as regiões analisadas (122,8). Dessa forma, as taxas mostraram que foram nas regiões com menores densidades populacionais que as notificações de violência sexual ocorreram com maior frequência relativa. A Figura 1 apresenta o número de casos notificados de violência sexual, por gênero e região no Brasil, entre janeiro de 2018 e dezembro de 2024.

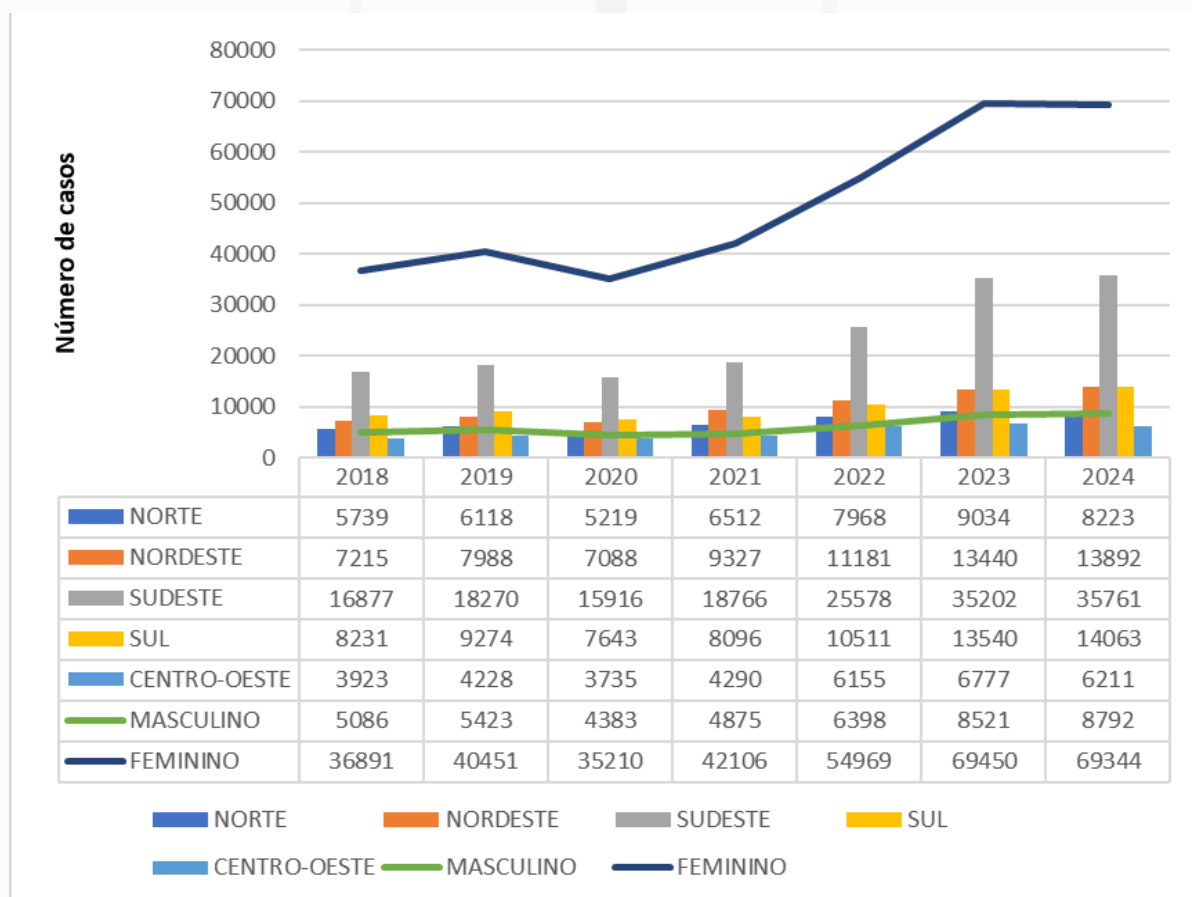


Figura 1. Número de casos notificados de violência sexual por gênero e região no Brasil, entre janeiro de 2018 e dezembro de 2024

Fonte: dados da pesquisa, 2025.

Analisando o nível de instrução das vítimas, os dados revelam uma distribuição variada. Dos casos registrados, 2.418 vítimas eram analfabetas, representando aproximadamente 0,62% do total. O ensino fundamental incompleto foi a categoria mais prevalente, com 85.782 casos, equivalente a cerca de 22,13% do total. Em seguida, o ensino fundamental completo foi identificado em 17.899 casos, representando aproximadamente 4,62%. Para o ensino médio incompleto, houve 31.716 casos, o que corresponde a cerca de 8,18% do total, enquanto o ensino médio completo foi registrado em 33.173 casos, aproximadamente 8,53%. Já aqueles com ensino superior incompleto totalizaram 11.020 casos, cerca de 2,84%, e com ensino superior completo foram 9.644 casos, aproximadamente 2,49%. É importante ressaltar que, em 80.659 casos, o nível de instrução não foi aplicado, constituindo cerca de 20,8% do total de casos notificados.

Das ocorrências registradas, a maioria ocorreu na residência da vítima ou do agressor, totalizando 246.342 casos (73,77%), destacando a necessidade de promover a segurança dentro dos lares. Além disso, foram reportados casos em habitações coletivas (3.466), escolas (11.251), locais de prática esportiva (1.304), bares ou estabelecimentos similares (5.413), vias públicas (35.181), estabelecimentos comerciais ou de serviços (4.999), indústrias ou locais de construção (760), e outros locais (38.662). Por outro lado, em uma proporção considerável de casos (40.014), o local da violência foi ignorado, exigindo esforços para aprimorar os métodos de coleta de dados e investigação. Em 212 casos, as informações sobre o local estavam em branco, indicando a importância de melhorar os procedimentos de registro. Uma parcela significativa, correspondendo a 155.369 casos, foi identificada como violência de repetição, representando aproximadamente 40,09% do total. Além disso, a grande maioria dos casos, totalizando 296.377, envolveu vítimas que

conheciam o agressor, o que equivale a cerca de 76,45% do total de casos notificados.

As faixas etárias mais impactadas foram as de 10 a 14 anos, com 118.442 casos (35,46%), seguida pela faixa de 5 a 9 anos, totalizando 64.702 casos (19,37%), e a faixa de 15 a 19 anos, com 50.284 casos. Também foram registrados 48.854 casos na faixa etária de 1 a 4 anos (14,63%), de modo que cerca de 70% das ocorrências envolveram vítimas menores de 15 anos. Além disso, houve 47.252 casos na faixa de 20 a 29 anos e 27.989 casos na faixa de 30 a 39 anos. As faixas etárias mais avançadas também foram afetadas, com 15.182 casos na faixa de 40 a 49 anos, 6.127 casos na faixa de 50 a 59 anos e 3.928 casos em pessoas com 60 anos ou mais.

DISCUSSÃO

A análise longitudinal dos casos de violência sexual no Brasil entre 2018 e 2024 revelou um aumento significativo nas notificações. Esse crescimento pode refletir tanto uma maior conscientização das vítimas e expansão das campanhas de denúncia quanto a persistência e o agravamento desses crimes. A relação entre o aumento das notificações e a real incidência dos casos permanece um desafio interpretativo, uma vez que fatores como mudanças legislativas, aprimoramento das redes de apoio e maior visibilidade do tema podem ter impulsionado as denúncias.⁹

A magnitude dos dados analisados indica uma queda nos índices de notificações entre 2019 e 2020 (~19,5%), seguida por um aumento significativo entre 2020 e 2021 (~14,3%), momento em que os registros voltaram a crescer. Esse período coincide com a pandemia de COVID-19, cujas restrições de mobilidade, isolamento social e maior convivência entre vítimas e agressores no ambiente doméstico intensificaram as vulnerabilidades e, possivelmente, as ocorrências de violência sexual. A restrição de movimento e o aumento do tempo de convivência forçada exacerbaram as tensões e favoreceram a perpetração desses crimes.⁹ Estudos internacionais corroboram essa tendência, demonstrando que países com medidas

rigorosas de lockdown também registraram aumentos nas notificações desse tipo de crime.¹⁰

A distribuição regional das notificações revela disparidades marcantes. O Norte e o Nordeste, regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica, registram números mais elevados de violência sexual, refletindo padrões observados em outros países, onde desigualdades estruturais favorecem a vitimização.¹¹⁻¹² A região Sudeste concentrou casos, e o Norte, a taxa das notificações; já o Sul, onde há maior infraestrutura de apoio, registrou índices menores, sugerindo que a disponibilidade de serviços de proteção e a conscientização pública impactam significativamente as taxas de notificação.

Essas discrepâncias indicam que a eficácia das políticas públicas é variável entre estados e municípios, dificultando uma resposta uniforme ao problema. Apesar dos avanços legislativos, como a Lei Maria da Penha e o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, desafios como a escassez de recursos financeiros e humanos, bem como falhas na implementação e monitoramento limitam o impacto dessas políticas.¹³ Além disso, a descentralização das ações compromete a padronização das estratégias e dificulta a continuidade dos programas de combate à violência sexual.¹⁴⁻¹⁵

A qualidade e a acessibilidade dos serviços de apoio às vítimas também variam significativamente entre regiões, impactando a eficácia da assistência prestada. Pesquisas indicam que serviços integrados e abordagens multidisciplinares são mais eficazes na recuperação das vítimas.¹⁶ Para isso, a capacitação contínua dos profissionais que atuam no atendimento é fundamental. Estudos apontam que treinamentos que abrangem aspectos legais, psicológicos e sociais da violência sexual melhoram a resposta das instituições e garantem um suporte mais qualificado.¹⁴

Outro fator fundamental na prevenção da violência sexual é a educação. Programas educacionais que promovem a conscientização sobre igualdade de gênero e o respeito ao

consentimento têm se mostrado eficazes na redução da incidência desses crimes.¹⁷ A literatura aponta que a inclusão de temas como consentimento, direitos das vítimas e respeito nas escolas pode gerar mudanças culturais duradouras, prevenindo a perpetuação da violência sexual desde a infância. Estudos internacionais reforçam que programas de educação sexual abrangente, quando bem estruturados, reduzem significativamente os casos de violência em diversos contextos sociais.¹⁸

Os dados demográficos reforçam a vulnerabilidade de grupos específicos. A maioria das vítimas possuía ensino fundamental incompleto, enquanto as faixas etárias mais afetadas incluíam menores de 15 anos.¹¹ A predominância de vítimas em idade infantil e adolescente, logo mais vulnerável, é alarmante e aponta para a necessidade de intervenções específicas voltadas à proteção dessas faixas etárias. Além disso, a maioria das vítimas conhecia seus agressores, e a violência ocorreu principalmente no ambiente doméstico, evidenciando o caráter interpessoal do crime e os desafios adicionais enfrentados pelas vítimas ao denunciar seus agressores.¹⁶

A subnotificação segue como uma barreira significativa para a compreensão real da violência sexual no Brasil. O medo, a vergonha e a desconfiança no sistema de justiça dificultam a denúncia, especialmente para populações e em regiões com menor acesso a serviços de apoio.¹⁹⁻²⁰ A ausência de um sistema de registro padronizado também gera inconsistências nos dados, dificultando comparações regionais e temporais.¹³ É importante compreender, portanto, a subnotificação como consequência do despreparo institucional, da ausência de protocolos claros e da falta de capacitação adequada. Investir em estratégias como treinamentos contínuos de profissionais envolvidos na assistência à saúde e aos direitos das vítimas, checagens automatizadas de dados incompletos dessas ocorrências e padronização dos sistemas de informação pode reduzir perdas informacionais e qualificar os registros.

A ausência de dados detalhados sobre o contexto socioeconômico e psicológico das vítimas limita a compreensão da violência sexual, que é influenciada por fatores como pobreza, baixa escolaridade e vulnerabilidade psicológica. Nesse sentido, a ausência de variáveis que permitam análises interseccionais, como cor/raça, identidade de gênero e condição de deficiência, na plataforma utilizada como fonte dos dados também limita a compreensão de desigualdades estruturais que atravessam a violência sexual e influenciam o acesso à proteção e ao cuidado. Estudos indicam que fatores econômicos e sociais aumentam a exposição ao risco,¹⁹⁻²⁰ o que destaca a necessidade de mais análises que considerem esses atravessamentos para embasar a formulação de políticas mais eficientes e direcionadas, e, como consequência, intervenções mais eficazes.

CONCLUSÃO

Os dados analisados evidenciam a complexidade da violência sexual no Brasil, revelando a necessidade urgente de intensificação das políticas públicas, ampliação dos serviços de apoio às vítimas e fortalecimento de programas educacionais preventivos. A disparidade regional nas notificações sugere que intervenções mais estruturadas e contextualizadas são essenciais para garantir respostas mais eficazes e acessíveis em todo o território nacional.

A integração entre diferentes setores - justiça, saúde, educação e assistência social - é fundamental para enfrentar esse problema de maneira eficiente. Além disso, o fortalecimento das políticas socioeconômicas pode contribuir para mitigar fatores estruturais que aumentam a vulnerabilidade das vítimas. A adoção de boas práticas internacionais e a continuidade dos esforços de pesquisa e monitoramento são essenciais para aperfeiçoar estratégias e garantir que as ações implementadas tenham um impacto duradouro na redução da violência sexual no país.

REFERÊNCIAS

- 1 Melo C, Soares M, Bevilacqua P. Sexual violence: evaluation of cases and care for women in specialized and non-specialized health services. *Ciênc. Saúde Colet.* (Impr.). 2022;27(9):3715-28. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022279.07242022>
- 2 Beserra T. Quais são os tipos de crimes sexuais previstos no Brasil? Jusbrasil. 2022. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/quais-sao-os-tipos-de-crimes-sexuais-previstos-no-brasil/1642386524>
- 3 Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/093a13cc-8116-4702-83ae-623e54842076/download>
- 4 Sousa P, Rocha A, Gomes G, Moreira K, Silva R, Silvestre M, et al. Epidemiological profile of cases of sexual violence in Anápolis - Goiás - Brazil, in the years 2017 to 2020. *Cogitare Enferm.* (Online). 2023;28:e90831. DOI: <https://doi.org/10.1590/ce.v28i0.91811>
- 5 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Panorama do Censo 2022. 2024. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- 6 Ministério da Saúde (BR). Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS). 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>
- 7 Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE). STROBE Checklists: Estudos transversais. Disponível em: <https://www.strobe-statement.org/checklists/>
- 8 The Jamovi Project. jamovi - open statistical software for the desktop and cloud. 2024. Available from: <https://www.jamovi.org>
- 9 Lima A. Um olhar crítico sobre o aumento da violência doméstica durante a pandemia. *Revista Científica do UBM.* 2022;24:53-70. DOI: <https://doi.org/10.52397/rcubm.v24i47.1329>
- 10 Roesch E, Amin A, Gupta J, García-Moreno C. Violence against women during covid-19 pandemic restrictions. *BMJ.* 2020;369:m1712. DOI: <https://doi.org/10.1136/bmj.m1712>
- 11 Wanzinack C, Signorelli M, Reis C. Homicides and socio-environmental determinants of health in Brazil: a systematic literature review. *Cad. Saúde Pública* (Online). 2018;34(12):e00012818. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00012818>
- 12 Guedes M, Reis C, Queiroz A, Pinheiro A, Oliveira A, Anjos A, et al. Políticas públicas educacionais: diálogos com pesquisadoras e pesquisadores. São Paulo: Pimenta Cultural; 2022. 306 p. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/04/eBook_politica-s-publicas-dialogos.pdf
- 13 Santos A. Avaliação de efetividade de políticas públicas municipais promotoras da igualdade de gênero: o caso de Humaitá-AM. [dissertação]. Manaus (AM): Universidade Federal do Amazonas; 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9782>
- 14 Teixeira F, Gomes B, Oliveira V, Leite R. Acolhimento de vítimas de violência sexual em serviços de saúde brasileiros: revisão integrativa. *Saúde Soc.* (Online). 2023;32(3):e220253pt. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220253pt>
- 15 Nunes M, Morais N. Práticas profissionais relacionadas às demandas de violência sexual: revisão da literatura nacional. *Psicologia Ciência e profissão.* 2021;41:e227527. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003227527>
- 16 Wright A. Understanding violence against women and girls in Brazil. Kings Colleg London. 2021. Available from: <https://lab.org.uk/understanding-violence-against-women-and-girls-in-brazil/>

17 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Health and Education Resource Centre. Comprehensive sexuality education as a strategy for gender-based violence prevention. Bangkok: UNFPA APRO; 2021. Available from: <https://healtheducationresources.unesco.org/library/documents/comprehensive-sexuality-education-strategy-gender-based-violence-prevention>

18 United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). School violence and bullying: global status report. Paris: UNESCO; 2017. DOI: <https://doi.org/10.54675/UQRM6395>

19 Laguna GGC, Fonseca YS, Santos LS, Coelho LS, Santos ACS, Borges GF, et al Between bars and barriers: a review on the sexual and reproductive health of women prisoners. Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade (Online). 20(47):4598. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc20\(47\)4598](https://doi.org/10.5712/rbmfc20(47)4598)

20 Aquino E, Ataíde B, Oliveira I, Lima B, Machado H, Faria M. Fatores socioeconômicos e saúde de crianças em contexto de violência. Alethéia. 2021;54(1). DOI: <https://doi.org/10.29327/226091.54.1-10>

Recebido em: 17/03/2025
Aceito em: 14/11/2025
Publicado em: 10/12/2025